



◀ Mais Democracia no POSTALIS

Conselheiros cobram debate público do Balanço de Atividades

Uma das ações que estão sendo cobradas pelos conselheiros eleitos pelos trabalhadores, Reginaldo Alcântara e Rogério Ubine, junto ao Conselho Deliberativo do POSTALIS, é que o Instituto amplie o debate sobre a gestão e as atividades realizadas. Anualmente, até 30 de maio, o POSTALIS publica um balanço anual, em relatórios de resultados que são enviados às residências dos funcionários participantes. A ação é considerada positiva, mas ainda pode e deve avançar.

Nesse sentido, em 2011, por proposição dos conselheiros representantes dos trabalhadores, o Conselho Deliberativo



aprovou, consensualmente, que, além do envio do relatório e de sua publicação no sítio do POSTALIS, seja realizada uma apresentação pública do balanço, em Brasília, na sede dos Correios. Esta atividade, no entanto, não deveria se restringir a uma me-

ra exposição de passivos e ativos financeiros,

Na opinião dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores, o POSTALIS também deve mostrar a visão que possui dos cenários futuros e enumerar as ações que pretende empreender para

o enfrentamento e superação de novos desafios, sejam eles no terreno dos investimentos; na esfera administrativa; na política de relacionamento; ou na educação previdenciária.

Tal iniciativa, cria um importante canal de comunicação com a direção do Instituto, permitindo que trabalhadores e trabalhadoras interessados, bem como, suas entidades representativas, possam debater e esclarecer eventuais dúvidas, e ainda mais: formular críticas e sugestões, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento da gestão e para o fortalecimento de uma instituição da qual são os principais beneficiários.

EDITORIAL

A eleição de trabalhadores para o Conselho Deliberativo do POSTALIS foi uma importante conquista da categoria ecetista, comparável ao direito de organização sindical; ao de eleição para as direções das ARCO's, ou mesmo, mais recentemente, ao de escolha de representante para integrar o Conselho de Administração da própria ECT. Afinal, o Fundo de Pensão conta com aportes significativos dos empregados participantes e, portanto, seria inadmissível que os principais interessados na gestão dos recursos continuassem alijados das decisões.

Esta participação, no entanto, coloca na ordem-do-dia novos problemas e desafios que precisam ser equacionados e superados. E, o primeiro deles, diz respeito à apropriação de conhecimento, à aquisição de informações que não estão



disponíveis no cotidiano do trabalhador, mas que são fundamentais para que a sua presença na gestão não seja apenas formal, decorativa. Por isso, matérias como ciências atuariais, legislação previdenciária, políticas de investimento, entre outras, tiveram que passar a fazer parte do universo de preocupações dos conselhei-

ros eleitos, e também precisam ser mais conhecidas dos trabalhadores, por intermédio de seus Sindicatos, para que a nossa intervenção seja mais qualificada.

Outro problema decorrente da conquista desse direito de participação na gestão diz respeito ao aperfeiçoamento das instâncias de discussão e decisão, previstas no Estatuto do POSTALIS. A eleição de representantes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal foi um passo importante, mas a democratização da gestão não deve se restringir a essas conquistas. Entre outras bandeiras de luta, o movimento sindical ecetista deve exigir que o POSTALIS seja mais aberto, mais transparente, mais afeito ao diálogo e receptivo à crítica. Afinal, a principal razão de ser do Instituto é o bem-estar dos participantes.

◀ Plano de custeio BD

Conselheiros eleitos se opõem ao reajuste de 200%

Cerca de 3500 trabalhadores representados pelos Sindicatos do Rio Grande do Sul, Bauru, Santos e São José do Rio Preto terão que reajustar suas contribuições ao POSTALIS. Todo fim de ano, os planos administrados pelo Instituto são submetidos a uma avaliação atuarial, sendo que esta é feita segregando-se a massa ativa e a saldada. Nesta segregação, ficaram os trabalhadores que, por decisão judicial, estão ativos no Plano de Benefício Definido.

Na avaliação atuarial, foi calculada a necessidade de reajuste de 200%, em média, para aqueles trabalhadores. Os conselheiros eleitos se colocaram em posição contrária ao reajuste por entender que esta



Conselheiros eleitos apóiam Sindicatos em negociação

situação está colocada por conta da não disposição ao diálogo por parte

da ECT. Todos os Sindicatos querem negociar possibilidades de melho-

ria no plano Postalprev, bem como, na democratização do Instituto, por meio de reforma estatutária.

Em reunião agendada pelos conselheiros eleitos com a direção do Instituto e os Sindicatos envolvidos, a necessidade de reajuste no Plano BD foi amplamente questionada. As explicações foram apresentadas pelo presidente do Instituto que, após o debate, se comprometeu em colocar o atuário responsável pelos cálculos à disposição dos Sindicatos para explicações técnicas. Na oportunidade, os Sindicatos e os Conselheiros reforçaram a necessidade de negociação de mudanças nos planos para que as ações sejam retiradas.

◀ Formação

Trabalhadores buscam ampliar conhecimentos

Por solicitação dos conselheiros eleitos pelos trabalhadores para o Conselho Deliberativo do POSTALIS, a instituição vem promovendo, desde dezembro de 2010, cursos de capacitação de dirigentes sindicais, abordando diversos conceitos das ciências atuariais e da legislação previdenciária. Até o momento, foram realizados cursos em São Paulo e Pernambuco. Em São Paulo, com participação de representantes de 7 sindicatos daquele Estado e, em Pernambuco, com representantes de sindicatos de Estados nordestinos. No total, 70 dirigentes sindicais participaram da capacitação.

O curso é ministrado pela Global Conhecimento, e é dividido em dois dias, com carga horária



Curso realizado em Recife reuniu sindicalistas do nordeste

total de 16 horas. Em um primeiro momento, pretende-se capacitar pelo menos 4 trabalhadores de cada Sindicato. As próximas turmas deverão reunir sindicalistas das regiões Norte, Sul e Centro Oeste. Entender a previdência é complicado, principalmente, a complementar. Por isso é necessário, capacitar trabalhadores em todo Brasil, para conhecermos melhor o que temos e o que queremos.

◀ Futuro

Conselheiros propõem reposicionamento estratégico

Na atuação no Conselho Deliberativo, os conselheiros eleitos pelos trabalhadores, Reginaldo Alcântara e Rogério Ubine, conseguiram a aprovação de proposta de realização de um novo planejamento estratégico para o POSTALIS. O objetivo é o de direcionar ações atuais para que, no futuro, sejam alcançados resultados melhores, em comparação com outros fundos de pensão.

Uma das sugestões que vem sendo trabalhada e discutida é a de vocacionar o POSTALIS para o multi-patrocínio. A ideia é aproveitar a estrutura montada pelo Instituto para prestar serviços a planos instituídos em outras categorias profissionais, possibilitando, assim, ganhos



capazes de reduzir o custo administrativo suportado pelos participantes ecetistas. Outra proposta que os conselheiros representantes dos trabalhadores conseguiram aprovar foi a da maior aproximação entre o Instituto e os Sindicatos, para que se possa debater assuntos de interesse mútuo, contribuindo com maior transparência e diálogo franco em conflitos.

Campanha Reivindicatória

POSTALIS precisa ser incorporado à pauta do movimento sindical

Desde o início dos trabalhos no Conselho Deliberativo, os conselheiros eleitos pelos trabalhadores, Reginaldo Alcântara e Rogério Ubine, têm atuado no sentido de construir um ambiente que favoreça a adoção das mudanças necessárias nos planos administrados pelo POSTALIS e modificações em seu Estatuto. Infelizmente, com o saldamento e o redimensionamento da dívida da ECT junto ao Instituto, que saltou de R\$ 700 milhões para 1,43 bilhão, as atenções voltaram-se para a responsabilidade sobre esse passivo.

Hoje, o que ocorre é que, por decisão judicial, trabalhadores vinculados a quatro bases sindicais permanecem vinculados ao Plano de Benefício Definido - BD, perdendo a solidariedade na contribuição. Com isso, o Plano ficou mais caro. No entanto, a pauta defendida pelos conselheiros eleitos permanece na mesa: melhorias no POSTALPREV, reforma do Estatuto e saldamento opcional. Tudo isso, porém, demanda aportes financeiros, da ECT e dos trabalhadores, a fim de que sejam garantidos o retorno dos auxílios e do pagamento do benefício mínimo dos 20%, que eram usufruídos no Plano BD.

Vontade Política - Um dos princi-



pais entraves à solução de diversos problemas no POSTALIS é o caráter restritivo e anti-democrático do Estatuto da instituição. E sua reforma - diga-se de passagem - não depende de recursos, mas, de vontade política. A democratização da gestão do Instituto, com a ampliação da participação dos trabalhadores, não traz custos financeiros. E, se, para cada Real pago pelos contribuintes a empresa entra com outro, no mínimo, os trabalhadores deveriam eleger dois diretores, para melhor contribuir com a gestão e com a fiscalização do patrimônio.

Outras deformações do Estatuto

são as restrições à presença de dirigentes sindicais no Conselho Deliberativo e o número de representantes dos trabalhadores. Para se manter ativo nessa instância e na direção da FENTECT, o companheiro Rogério Ubine, teve que recorrer à Justiça do Trabalho a fim de que lhe fosse concedida uma liminar. Sob um governo que se afirma em sintonia com os anseios dos trabalhadores, não é possível que o POSTALIS mantenha um Estatuto que impeça a participação de dirigentes sindicais em instâncias de gestão.

Já, com relação ao número de representantes no Conselho Deliberativo - COD, é preciso alterar a correlação de forças atual que não reflete o peso do segmento que, em princípio, é o principal interessado na gestão. Em um colegiado com seis membros, onde três são eleitos pelos trabalhadores participantes, é indispensável garantirmos que a representação eleita atue em bloco, de forma unificada. Não se pode dizer que há má vontade dos demais conselheiros, mas é necessário que os trabalhadores entendam que a democratização da gestão do POSTALIS é uma pauta tão importante quanto as reivindicações salariais, exigindo ser incorporada às nossas campanhas.

RTSA

Dívida deve ser assumida pela ECT

Quando os conselheiros eleitos pelos trabalhadores assumiram seus mandatos, em janeiro de 2009, separaram-se com o debate sobre a reserva de tempo de serviço anterior - RTSA, que, para quem não se lembra, ou não sabe, é a dívida que a Empresa tem com o nosso Plano de Benefícios Definidos - BD, e que veio à tona com o advento do saldamento. Só para relembrar, antes do saldamento, a dívida era de 700 milhões. Depois dele, saltou para 1,4 bilhões.

Pois bem! Com o estabelecimento da contribuição paritária entre patrocinador e participante, instituída pela Lei Complementar 108 de 29 de maio de 2001, a Empresa pretendeu fazer acreditar que a dívida em questão também seria de responsabilidade dos participantes. Mas, graças à intervenção dos conselheiros eleitos para o Conselho Deliberativo do POSTALIS, que discordaram desse entendimento, a dívida não foi rateada com os trabalhadores.

Apesar das auditorias realizadas (três no total) terem convergido em seus resultados e de afirmarem que a dívida é referente ao serviço passado, ou seja, anterior a Lei 108/2001, e, portanto, de responsabilidade da patrocinadora (já que não havia à época a paridade alegada), a ECT resolveu assumir uma posição de não reconhecer a dívida, bem como de não pagá-la.

E assim foi, até que no final do mês de dezembro 2009, temendo as consequências judiciais que os dirigentes da ECT poderiam sofrer pelo não cumprimento do dever, o Conselho de Administração da Empresa autorizou o depósito de mais de R\$ 100 milhões, referente às prestações de janeiro a dezembro de 2009, corrigidas, na conta bancária do POSTALIS.

Desde então, a ECT vem pagando as prestações, porém, insiste em não assinar o contrato de reconhecimento de dívida, que é um instrumento exigido por lei e que trará conforto aos participantes.

Os conselheiros representantes dos trabalhadores entendem que essa é uma pauta do movimento sindical, e que a exigência da assinatura do contrato de reconhecimento da dívida por parte da ECT, tem que partir de nós, participantes, organizados nos Sindicatos e na Federação. Nós, conselheiros eleitos, continuamos atentos e cobrando, no Conselho, a exigência do cumprimento da responsabilidade à ECT.



Governança

Conheça a estrutura básica de gestão do POSTALIS

CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de decisão do POSTALIS. Ele é composto de 6 membros, sendo 3 eleitos pelos participantes e 3 indicados pela ECT. Cabe à ECT a indicação da Presidência. No caso de empate, o voto de desempate cabe ao presidente do Conselho. A instância reúne-se uma vez por mês, geralmente, na última terça-feira.

Quem é quem?

Eleitos:

Reginaldo Alcântara (OTT)

Rogério Ubine (Carteiro)

Tânia Munari (Analista de Correios)

Indicados pela empresa:

Ernani Coelho (Assessor da presidência) - Presidente do Conselho

Marcos Antonio (Analista de Correios)

Julio Vicente Lopes (Analista de Correios)

DIRETORIA EXECUTIVA

É o órgão executivo do POSTALIS, sendo integrado por quatro diretores: presidente, de segurança, administrativo e financeiro. Todos são indicados pela direção dos Correios. A Diretoria Executiva gerencia as atividades do POSTALIS, no dia-a-dia.

Quem é quem?

Alexej Predtechensky (Engenheiro e Advogado, de fora da ECT) - Presidente

Sinecio Greve (Analista de Correio)

Adilson da Costa (Analista Financeiro - POSTALIS)

Roberto Macedo (Advogado e Economista, de fora da ECT)

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da instituição, composto por quatro membros efetivos e respectivos

suplentes - dois dos quais indicados pela patrocinadora e dois eleitos pelos participantes, cabendo a presidência aos participantes.

Quem é quem?

Eleitos

Manoel Cantoara (Analista de Correios),

Ângela Rosa (Administrativo Correio)

Indicados

Marta (Analista de Correios)

Antonio Barbosa (Analista de Correios)

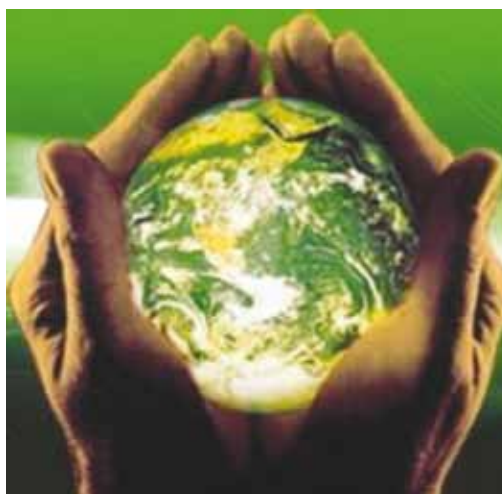
É importante notar que dentro desta estrutura do POSTALIS a participação dos trabalhadores ainda é muito pequena. Nossa força reside nas ações articuladas dos conselheiros eleitos com o movimento sindical.

Conselheiros defendem investimento responsável

Os fundos de pensão são organizações de previdência que têm por objetivo realizar investimentos a fim de garantir uma complementação da aposentadoria a trabalhadores que aderirem a um plano. O dinheiro aplicado pelos empregados e, eventualmente, pela empresa empregadora, forma uma poupança que é investida em imóveis, ações ou fundos de renda fixa, dentro de limites estabelecidos pelo Governo. Quando o trabalhador se aposenta, passa a receber um benefício, mensalmente. Se sai da empresa, pode retirar a parte que contribuiu.

No Brasil, os fundos de pensão controlam o equivalente a cerca de 17% do Produto Interno Bruto - PIB.

São acionistas, com diferentes tipos de participação, em centenas de empresas. Isto implica em que, diariamente, são tomadas decisões sobre investimentos, que até podem trazer rentabilidade elevada e imediata para a instituição, mas que também podem estimular ou apoiar práticas de



rebaixamento das condições de trabalho e de vida de comunidades ou de degradação ambiental.

Com esse entendimento, os conselheiros eleitos pelos trabalhadores para representá-los no Conselho Deliberativo do

POSTALIS têm procurado observar e interferir na atuação da instituição

para além do retorno financeiro dos investimentos. E, nesse sentido, conscientes da necessidade de defesa dos princípios da sustentabilidade, propuseram a adesão do Instituto ao PRI, sigla em inglês, que significa Princípios para o Investimento Responsável.

O PRI é uma iniciativa que visa ajudar instituições nas tomadas de decisão de investimento e que conta com representantes egressos do Programa do Meio-Ambiente e do Pacto Global da ONU. Ao aderirem a essa iniciativa, as organizações participantes são desestimuladas a investirem em empresas que, por exemplo, não respeitam direitos sindicais e sociais ou que agredem o meio-ambiente.

Ação deve se basear em princípios do Desenvolvimento Sustentável

Muito se debate sobre a perspectiva do mundo que queremos. E, na atualidade, um dos temas mais importantes para a humanidade é o da sustentabilidade do nosso desenvolvimento. O conceito de sustentabilidade compreende um tipo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras

gerações atenderem às suas próprias necessidades. É uma concepção que envolve intervenções conscientes em, pelo menos, três dimensões da vida: social, ambiental e econômica.

Na dimensão social, o conceito de desen-



volvimento sustentável exige um ambiente humano caracterizado por condições dignas de vida, com acesso ao trabalho, moradia, saúde e educação de qualidade, e respeito à diversidade cultural. Na dimensão ambiental, esse

desenvolvimento defende a preservação e melhoria do ambiente natural e dos ecossistemas, visando à própria sobrevivência do planeta. Já, na dimensão econômica, o desenvolvimento sustentável requer um mundo que se caracterize pela produção, distribuição e utilização equitativa das riquezas produzidas pelo homem.

Trabalhadores devem lutar por maior controle

Peter Drucker, tido como o "Pai da Administração Moderna", escreveu o livro "O Socialismo dos Fundos de Pensão". Nele, o professor austríaco, naturalizado norte-americano, defen-

de que boa parte das empresas dos países desenvolvidos já seria dos trabalhadores, por conta do controle acionário exercido pelos Fundos de Pensão. Sem entrar no mérito da opinião de Ducker,

os conselheiros eleitos pelos trabalhadores para o POSTALIS consideram importante que os contribuintes lutem para ampliar a participação e controle sobre esses fundos. Afinal de contas, é

preciso garantir que o dinheiro aplicado assegure aposentadoria e benefícios dignos, e que, paralelamente, não sejam utilizados para degradar a natureza ou apoiar práticas anti-sociais.

Filie-se à Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão - ANAPAR

Os participantes de fundos de pensão brasileiros, reunidos no XII Congresso da entidade, conclamam toda a sociedade a lutar pela recuperação do caráter previdenciário dos planos de previdência.

Mais informações, acesse: <http://www.anapar.com.br>

